

A privatização do SUS em Natal



Por **FRANCISCO BATISTA JÚNIOR***

A tentativa de privatização das UPAs revela que o “terceiro setor” é o novo rosto do patrimonialismo, onde a lógica do lucro se disfarça de modernização para assaltar o que é público

1.

“Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Os princípios da administração pública expressos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, juntamente com a estabilidade do servidor (Art. 41) e o concurso público (Art. 37, inciso II), foram duríssimos golpes na perversa e criminoso cultura do patrimonialismo estabelecida no Brasil.

Até então, e desde os tempos do Império, grupos políticos e econômicos se organizaram para tomar de assalto o Estado através da ocupação da máquina administrativa e das práticas do clientelismo e coronelismo, como regras na nomeação de pessoas em todas as esferas administrativas. Dessa forma, perpetuavam-se no Poder por meio das oligarquias que dividiam entre si as modernas “capitanias hereditárias”, ou seja, os municípios, estados e a própria União.

Os princípios nominados no parágrafo inicial desse texto pareciam uma lufada de vento que poderia, quem sabe (!), varrer do nosso país o atraso que historicamente sempre esteve na raiz da concentração de renda, da pobreza e da miséria que assolavam – e seguem assolando – o povo e o país. Com o concurso público e a estabilidade, servidores públicos não mais ficariam dependentes das indicações de governantes e políticos, muito menos seriam reféns de suas vontades e desejos. A população, por seu turno, teria à sua disposição os trabalhadores melhor habilitados e qualificados para as funções a serem desempenhadas.

Não durou, porém, muito tempo. Já na década seguinte à Promulgação da “Constituição Cidadã”, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso iniciou os movimentos que começaram a, não somente neutralizar as importantes conquistas legais, inscritas na Carta constitucional de 1988, como também a trazer de volta e aprofundar todas as mazelas do patrimonialismo no saque ao patrimônio público pelos novos grupos organizados. Eles chamavam eufemisticamente de “modernização do Estado” e reestruturação produtiva. Na prática, era a volta do velho com nova roupagem e mais fortalecido.

Apresentado como a solução de todos os males da administração pública, males esses decorrentes exatamente da ação patrimonialista dos grupos organizados, o denominado “terceiro setor” e as organizações “públicas” de direito privado passaram a se disseminar por todo o país fazendo a festa dos neopatrimonialistas que descobriam os prazeres do assalto aos cofres e às instituições públicas.

O terceiro setor é representado nessa suposta “modernização” da administração pública pelas denominadas Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Mas esses “parceiros privados” do Estado brasileiro são pessoas jurídicas de propriedade de particulares, que operam na administração de órgãos e instituições

públicas segundo a lógica da iniciativa privada.

As organizações “públicas” de direito privado correspondem às fundações ditas “de apoio”, amplamente disseminadas em todas as áreas do Estado brasileiro, aos serviços sociais “autônomos”, como a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) e às empresas “públicas”, como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). As organizações públicas de direito privado disseminadas em todo o país, vêm fazendo a festa dos neopatrimonialistas que desfrutam os prazeres do assalto aos cofres e às instituições públicas, enquanto se mantém deliberadamente frágeis, insuficientes e deficientes, os instrumentos de controle público de que dispõem os órgãos do Estado brasileiro.

Durante a segunda metade dos anos 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI, todos os estados da federação foram, sem exceção, vitimados e tragados pela peste ideológica da “privataria”, neologismo cunhado pelo jornalista Elio Gaspari para designar pejorativamente o *‘modus operandi’* das privatizações brasileiras.

2.

O Rio Grande do Norte foi, porém, um capítulo à parte, nesse período. Por meio de uma grande mobilização, envolvendo conselhos de saúde, movimentos sociais, ministério público e poder judiciário, enfrentou e conseguiu debelar as experiências colocadas em prática por governos conservadores na capital Natal e, no plano estadual, em Mossoró.

Mas, após alguns anos de calmaria, apesar de persistentes e reiteradas ameaças, o monstro voltou. O atual prefeito de Natal, Paulo da Costa Freire (União Brasil), um empresário conservador, eleito sob a bandeira do bolsonarismo, anunciou a entrega de quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPA) a empresas privadas, avisando que, em seguida, o restante da rede de serviços do SUS na cidade irá a reboque. Para quem conhecendo o passado do prefeito-empresário, umbilicalmente ligado ao setor patronal, não foi nenhuma surpresa.

É de bom alvitre lembrar que ele era vice-prefeito na gestão que fez a fracassada experiência privatista em Natal entre 2009 e 2012, quando a então prefeita Micarla de Sousa foi afastada do cargo pela justiça em função das denúncias de corrupção na saúde.

Reportagem minuciosa de Conceição Lemes no site *Viomundo*, publicada no dia 30 de setembro – [“A batalha pelas UPAs de Natal: Militância do SUS 1 x Gestão Paulinho Freire 0”](#) – mostrou passo a passo como o processo foi deflagrado e todos os movimentos que foram feitos por parlamentares, conselhos de saúde, sindicatos e movimentos sociais até a suspensão determinada pelo Poder Judiciário.

Através do vereador Daniel Valença e da deputada federal Natália Benevides, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), começamos uma mobilização junto aos movimentos sociais, conselhos de saúde e sindicatos.

Embora inicialmente uma ação na Justiça não tenha tido êxito, serviu para despertar a atenção do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que designou dois servidores, Jadson Anderson Medeiros da Silva e José Luiz Moreira Rebouças, para realizarem uma auditoria no processo de privatização. Foi o suficiente para que viesse à luz um parecer recomendando a sua paralisação.

Seguiram-se audiências com o procurador-geral, Luciano Ramos, e com a procuradora do Ministério Público de Contas, Luciana Ribeiro Campos, oportunidades em que manifestamos as preocupações com as ilegalidades constantes no processo e a disposição para acompanhar, *pari passu*, tudo o que a ele dissesse respeito. Concomitantemente, uma audiência pública na Câmara Municipal de Natal, com participação massiva, possibilitou significativa ampliação da mobilização e maior acúmulo de forças.

A vereadora Samanda Alves, do Partido dos Trabalhadores, também realizou uma Sessão Popular onde pudemos denunciar

e debater a situação da Rede municipal, apresentando propostas para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e mobilizando importantes setores do movimento social.

3.

Uma nova ação judicial dos mandatos de Daniel Valença e Natália Benevides, apresentando recurso ao Poder Judiciário, com o acréscimo de novas informações apresentadas pelos auditores do TCE, conseguiu dessa vez uma resposta positiva com a determinação de suspensão do processo de privatização em curso.

O parecer pela suspensão, apresentado no Pleno do TCE pelo conselheiro relator Marco Antônio Montenegro, teve um pedido de vistas do Conselheiro George Soares, que negou a tutela, mesmo concordando com todas as flagrantes e inúmeras ilegalidades detectadas e apontadas nos devastadores relatórios dos auditores e da Procuradora. George Soares justificou sua negativa sob a argumentação, para nós incompreensível e injustificável, de que o judiciário já havia se manifestado pela suspensão e que portanto não haveria necessidade de uma manifestação do TCE com o mesmo teor.

Num contexto histórico nacional caracterizado por privatizações que acontecem em cadeia, sem praticamente nenhuma reação dos movimentos sociais, não há dúvida de que o que conseguimos em Natal, com a participação decisiva de companheiros parlamentares do PT, é um excepcional exemplo de que é possível derrotar os privatistas do SUS e do Estado brasileiro. As privatizações no SUS, e em outros setores da administração pública, não são inexoráveis, inevitáveis, resultantes da “modernização”. São, ao contrário, decisões que resultam de uma opção política e ideológica. É assim que devem ser vistas e é assim, como parte dos enfrentamentos políticos e ideológicos que precisamos travar, que deve ser combatida.

Temos clareza que a gestão municipal da capital potiguar não desistiu e que voltará com toda a força. Temos certeza de que continuará sendo uma luta profundamente desigual e com poucas chances de nossa vitória no final. Mas temos certeza, também, de que não podemos assistir de braços cruzados à destruição dos nossos sonhos e do nosso projeto de Nação, de sociedade e de vida. Resta-nos a capacidade de luta e a ação política.

Já estamos nos articulando para as novas batalhas que fatalmente virão. Precisamos fazer valer a lei no que diz respeito ao papel dos Conselhos de Saúde na fiscalização e na deliberação das políticas de saúde. Precisamos fazer valer os Planos Plurianuais de Saúde (PPA) e as Programações Anuais de Saúde (PAS). Precisamos enfrentar o processo de destruição que está em curso no debate jurídico-legal, mas também e principalmente na política.

As terceirizações e as demais formas de privatização são a volta e consolidação do assalto por grupos políticos e econômicos ao Estado brasileiro. São formas perversas de precarização e exploração dos trabalhadores. São formas de espoliação do patrimônio público e de comprometimento da qualidade do serviço prestado à população.

Não abriremos mão do SUS conforme preconizado pela Reforma Sanitária, das nossas propostas alternativas e sintonizadas com os princípios elencados na Constituição Federal, de contratualização direta entre o serviço e o correspondente nível de gestão, promovendo autonomia administrativa e financeira ao serviço, como alternativa concreta aos “parceiros privados”. e viabilizando a gestão pública e a participação social em saúde (“controle social”), onde quer que haja uma unidade do SUS.

Não abriremos mão da profissionalização da gestão com o estabelecimento de critérios a serem atendidos pelos trabalhadores designados para ocupar cargos no SUS, como forma de extinguir o clientelismo e as indicações políticas e de qualificar a gestão.

Num país assolado pela desigualdade e exclusão social, mais do que nunca o SUS se faz necessário. A atual luta contra os privatistas, reformistas e revisionistas em geral é, sem dúvida, o momento mais decisivo da sua história e da Reforma Sanitária.

a terra é redonda

Não é nenhum exagero afirmar que um futuro mais justo, includente, igualitário, solidário e democrático para o Brasil passa necessariamente pela afirmação definitiva do SUS de acordo com seus princípios basilares, público, estatal, integral, equânime e universal.

***Francisco Batista Júnior** é farmacêutico hospitalar do SUS no Rio Grande do Norte. Ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde (2006-2011).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA

A Terra é Redonda